

7000564900003	7000998100005	7001502900008	7004159300002
7000565000001	7000998200004	7001503100001	7004161400006
7000565200005	7000998300004	7001503400004	7004162300005
7000565300000	7000998400001	7001503800002	7004164400007
7000565400009	7000998500008	7001504000000	7004167000000
7000565500003	7000998600008	7001504200009	7004168200002
7000565800004	7000998700002	7001504300003	7004170000002
7000566100009	7000998800007	7001504500007	7004170900003
7000566200003	7000998900003	7001504600009	7004171200005
7000566400000	7000999000009	7001504700003	7004172800006
7000566700006	7000999100009	7001504800006	7004173800000
7000566900002	7000999300002	7001504900001	7004174000007
7000567100008	7000999400002	7001505000008	7004174100001
7000567200002	7000999600001	7001505200007	7004176400002
7000567300007	7000999700006	7001505300001	7004177000008
7000567400001	7001000000001	7001505400001	7004187300000
7000567600001	7001000500003	7001505500006	7004189800000
7000568100001	7001000600006	7001505700005	7009000400002
7000568200006	7001000700005	7001505900004	7009000900005
7000568400005	7001000800005	7001506100001	7009001200007
7000568600009	7001000900004	7001506200006	7009001800004
7000568700009	7001001000002	7001506400005	7009002400000
7000568800008	7001001100007	7001506500000	7009002600009
7000568900008	7001001300006	7001506900008	7009002900002
7000569500005	7001001600000	7001507000001	7009003000005
7000570100005	7001001900008	7001507200004	7009003200004
7000570400009	7001002400009	7001507300004	7009004000009
7000570500003	7001002500003	7001507600002	7009004300002
7000570700002	7001002800002	7001507800007	7009005300006
7000570900001	7001002900007	7001507900001	7009005400001
7000571400002	7001003000000	7001508000004	7009005500005
7000571700006	7001003200003	7001508200008	7009005600000
7000572100002	7001003400002	7001508400002	7009005900003
7000572200004	7001003900001	7001508500007	7009006000006
7000572400006	7001004100008	7001508700006	7009007000000
7000572600005	7001004200002	7001508800001	7009007800006
7000573300005	7001004400006	7001508900000	7009008000003
7000573400000	7001004600001	7001509000008	7009009000007
7000573500001	7001004800004	7001509100007	7009009100001
7000573700003	7001005300005	7001509200007	7009009300001
7000573800005	7001005400000	7001509300001	7009009500000
7000573900000	7001005600009	7001509400006	7009009700009
7000574000005	7001006000005	7001509500001	7009010100007
7009010300006			

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU Nº 104, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024

Altera a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, que institui o regime simplificado para a execução de convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA E O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNÃO, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 184 e 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 26, § 1º, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, e de acordo com o que consta do Processo nº 19973.011089/2024-46, resolvem:

Art. 1º A Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído o regime simplificado para as transferências de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União - OFSS, operacionalizadas por meio de convênios e contratos de repasse, celebrados com valor global inferior ou igual ao estabelecido no art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021." (NR)

"Art. 5º

I - registrar no Transferegov.br suas propostas, planos de trabalho e pesquisas de preços, na forma e prazos estabelecidos pelo concedente ou a mandatária;" (NR)

"Art. 10.

IV - a definição do prazo de vigência, limitada a 36 (trinta e seis) meses;

XI - independentemente de cláusula específica, a sujeição do instrumento e sua execução às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, desta Portaria Conjunta e das demais leis e normativos vigentes que tratarem da matéria;

XII - a obrigação do concedente ou mandatária prorrogar de ofício a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

XIII - a indicação da obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo conveniente e a manifestação de compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública, devendo estar claras as regras e diretrizes de utilização;

XIV - as obrigações e as possibilidades de responsabilização solidária da unidade executora e do interveniente, quando houver;

XV - a responsabilidade solidária dos entes consorciados, nos instrumentos que envolvam consórcio público;

XVI - a classificação orçamentária da despesa, mencionando-se o número e data da nota de empenho e declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicarse-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro;

XVII - a previsão de extinção obrigatória do instrumento nos casos em que as peças documentais, objeto de cláusula suspensiva, não forem apresentadas no prazo estabelecido no instrumento ou serem rejeitadas, exceto nos casos de que trata o art. 8º;

XVIII - no caso de órgão ou entidade pública, a informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize;

XIX - a obrigação do conveniente de incluir regularmente as informações e os documentos exigidos por esta Portaria Conjunta no Transferegov.br, mantendo-o atualizado;

XX - a forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente ou mandatária, devendo ser suficiente para garantir o acompanhamento e a verificação da execução física do objeto pactuado;

XXI - o livre acesso dos servidores do concedente e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos processos, documentos e informações referentes aos instrumentos e aos locais de execução do objeto;

XXII - a obrigação de o conveniente inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada:

a) permita o livre acesso dos servidores do concedente e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e

b) insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no Transferegov.br;

XXIII - a faculdade de os partícipes denunciarem ou rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, nos termos do art. 91 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023; e

XXIV - os prazos para devolução dos saldos remanescentes e para apresentação da prestação de contas.

§ 1º O prazo de vigência de que trata o inciso IV do caput poderá, excepcionalmente, ser prorrogado:

I - no caso de atraso de liberação de parcelas pelo concedente ou mandatária;

II - havendo paralisação ou atraso da execução por determinação judicial, recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior; ou

III - desde que devidamente justificado pelo conveniente e aceito pelo concedente ou mandatária, nos casos em que o objeto do instrumento seja voltado para:

a) aquisição de equipamentos ou execução de custeio que exijam adequação ou outro aspecto que venha retardar a entrega do bem; ou

b) execução de obras que não puderam ser iniciadas ou que foram paralisadas por eventos imprevisíveis.

§ 2º A prorrogação de que trata o § 1º deverá ser compatível com o período em que houve o atraso e deverá ser viável para conclusão do objeto pactuado.

§ 3º A prorrogação de ofício da vigência do instrumento, estabelecida no inciso XII, do caput deste artigo, prescinde de prévia análise da área jurídica do concedente ou da mandatária.

§ 4º A titularidade dos bens remanescentes é do conveniente, salvo expressa disposição em contrário no instrumento celebrado.

§ 5º A Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos disponibilizará, no Portal do Transferegov.br, as minutas-padrão de convênios e de contratos de repasse do regime simplificado, que venham a ser aprovadas pela Advocacia-Geral da União." (NR)

Art. 2º O disposto nesta Portaria Conjunta poderá ser aplicado aos convênios e contratos de repasse com valor global inferior ou igual ao previsto no caput do art. 184-A da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, celebrados entre o dia 22 de dezembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Portaria Conjunta, naquilo que beneficiar a consecução do objeto do instrumento e a análise de prestação de contas, mediante termo aditivo.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda

VINÍCIUS MARQUES

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

PORTARIA CONJUNTA MGI/ENAP Nº 111, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024

Institui o Programa Nacional de Gestão e Inovação e estabelece as diretrizes para sua implementação, por meio de acordo de adesão a ser firmado com os Estados e com o Distrito Federal.

A MINISTRA DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS E A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 1º, caput, incisos I, III, IV, X e XI, do Anexo I do Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, e o art.1º, § 2º, do Anexo I do Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, e conforme consta do Processo 19973.019281/2024-81, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Gestão e Inovação - PNGI, com o objetivo de promover a melhoria da gestão pública e potencializar a cooperação federativa e a implementação de soluções de gestão e governo digital nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Art. 2º O PNGI tem por finalidade:

I - potencializar a transformação da gestão na administração pública, por meio do compartilhamento de soluções, dados e metodologias em gestão, governo digital e inovação governamental;

II - promover a melhoria da prestação dos serviços públicos com inovação, qualidade, agilidade, transparência, participação cidadã e sustentabilidade, aumentando a confiança da pessoa cidadã no governo e a qualidade da democracia;

III - fortalecer cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - fomentar a capacitação e o desenvolvimento de pessoas servidoras públicas na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

V - disseminar conhecimentos e práticas de gestão, governo digital e inovação governamental.

Art. 3º O PNGI será implantado por meio de acordo de adesão, a ser assinado pelo Distrito Federal e pelos Estados interessados no estabelecimento de regime de cooperação para o desenvolvimento e a adoção de soluções que contribuam para a melhoria da governança e da gestão pública estadual e dos municípios daquele estado, na forma do Anexo I a esta portaria.

Art. 4º Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI:

I - coordenar e monitorar a implementação do PNGI;

II - gerenciar o catálogo de soluções federativas;

III - prover gratuitamente as soluções pactuadas com o aderente;

IV - designar responsáveis (titular e suplente) pela implementação de cada acordo de adesão;

V - fornecer apoio técnico e metodológico ao aderente;

VI - promover a gestão do conhecimento e a divulgação de boas práticas identificadas no âmbito do PNGI; e

VII - priorizar a disponibilização e o acesso às soluções pactuadas no âmbito do PNGI aos aderentes.

§ 1º A coordenação e o monitoramento de que trata o inciso I do caput será exercida pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em articulação com o órgão designado pelo aderente.

